Temática: Conhecer o Regulamento Geral de Proteção de Dados-RGPD

Tema: Princípios que regem a proteção de dados

Estes princípios encontram-se previstos no RGPD e são as regras que norteiam, servem de enquadramento e de apoio à interpretação das restantes normas e da avaliação que deve ser feita, das situações que vão surgindo no dia a dia das organizações.

Conforme o Artigo 5º do Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD), existem 6 princípios:

1. **Licitude, lealdade e transparência**- os dados são tratados de forma legal, justa e transparente.
2. **Limitação da finalidade**- os dados são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não serão tratados posteriormente de forma incompatível com essas finalidades.
3. **Minimização de dados**- os dados são adequados, pertinentes e limitados ao necessário em relação à finalidade para a qual são tratados.
4. **Exatidão**- os dados são exatos e, sempre que necessário, atualizados.
5. **Limitação da conservação**- os dados não serão conservados durante mais tempo do que o necessário para o fim para que foram recolhidos.
6. **Integridade e confidencialidade**- os dados são tratados com segurança apropriada, usando medidas técnicas e organizativas apropriadas, incluindo proteção contra processamento não autorizado ou ilegal, contra perda, destruição ou dano accidental.

5)Princípio da Limitação de Conservação

Significa que os dados pessoais dos titulares, só podem ser conservados durante o tempo necessário para prossecução da finalidade para a qual foram recolhidos e são tratados.

Quanto mais longo o prazo de conservação, maiores riscos se correm de exposição desses

dados a acessos indevidos, transferências ou até perdas.

Nesse contexto, o RGPD impõe ao responsável pelo tratamento (entidade ou organização), que defina os prazos de conservação para cada um dos dados pessoais que trata, prazos que poderão ser distintos, em função da finalidade para que foram recolhidos e conservados.

Exº: Pode verificar-se ser necessário manter os dados relativos a faturação e pagamentos por um prazo mais alargado, por imposição da lei fiscal, relativamente ao prazo de conservação do email do titular dos dados, que apenas serviu de contacto durante um período de tempo em que foi prestado um serviço ou adquirido um bem.

6)Princípio da Integridade e Confidencialidade do Dados

Tal princípio, significa que o tratamento tem de ocorrer de forma segura, protegida contra acessos e tratamentos ilícitos, perdas accidentais, danos ou destruição.

Para o efeito, tem as entidades que procedem ao tratamento de dados, de tomar as medidas organizativas e técnicas que garantam a segurança dos dados e os protejam contra tratamentos e acessos ilícitos.

A anonimização e a pseudonimização, constituem alguns dos exemplos de mecanismos de reforço do princípio da integridade e confidencialidade dos dados.

[Continuação deste tema na próxima ficha informativa nº 7.](#)